

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.021 - DF (2018/0253745-9)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : COMPANHIA MULLER DE BEBIDAS NORDESTE
ADVOGADOS : FERNANDO LOESER - SP120084
PAULO VITAL OLIVO - SP163321
TIAGO GEINE SANTIAGO - DF033560
PRISCILA REGINA DE SOUZA - SP258557
FERNANDO TRAVE PERFETTO - SP333820
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. SELOS DE CONTROLE DE IPI. NATUREZA JURÍDICA. TAXA DE PODER DE POLÍCIA. IMPOSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO POR ATO INFRALEGAL. INEXIGIBILIDADE DO RESSARCIMENTO PREVISTO PELO DL N. 1.437/1975. JURISPRUDÊNCIA DO STJ FIRMADA NO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N. 1.405.244/SP. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA PARTE, PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Companhia Müller de Bebidas Nordeste, com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região, assim ementado (fl. 447):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ACOLHIMENTO DE EMBARGOS INFRINGENTES SEM A OITIVA DA PARTE CONTRÁRIA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA NO CASO ESPECÍFICO. SELO DE CONTROLE. IPI. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. LEGALIDADE. COBRANÇA.

1. Quando reconhecido na sentença a existência de um vício passível de correção pela via do recurso horizontal faz-se premente a oitiva da parte contrária para que dela possa se manifestar. Tal conclusão, todavia, merece ser adotada com sopesamentos, de forma a evitar o engessamento de irrazoável exigência processual. No caso sob apreço, quando do julgamento dos embargos de declaração, a Fazenda Nacional não havia sequer sido intimada da sentença, razão pela qual as conclusões ali chegadas ainda não haviam integrado sua esfera. Assim, qualquer correção no seu teor prescindia, naquele momento, de manifestação da parte adversa, eis que a mesma, quando devidamente intimada da sentença, seria também intimada do julgamento dos embargos interpostos, momento no qual poderia exercer amplamente o seu descontentamento com as conclusões alcançadas.

2. "A natureza jurídica do selo para controle do IPI é de obrigação acessória, porquanto visa facilitar a fiscalização e arrecadação do tributo principal, conforme previsão contida no artigo 113, § 2º, do CTN. A

Superior Tribunal de Justiça

cobrança pela confecção e fornecimento dos selos amparada pelo Decreto - Lei 1.437/75, nada mais é do que o ressarcimento aos cofres públicos do seu custo, não configurando taxa ou preço público" (REsp 836.277/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, 1ª Turma, DJ 20/09/2007).

3. Apelação e remessa oficial providas.

Embargos de declaração rejeitados (fls. 464/468).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação dos artigos 458, III, e 535, II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

Quanto à questão de fundo, aponta ofensa aos arts. 77, parágrafo único e 97, I, ambos do CTN, ao fundamento de que, no que diz respeito aos selos de controle do IPI, "não há que se visualizar o pagamento pelas estampilhas como uma obrigação acessória, mas como verdadeiro tributo. Neste caso, a evidente natureza tributária do ressarcimento pelos selos de controle de IPI reside na sua obrigatoriedade. Pela análise conjunta da legislação que rege a matéria, principalmente, do artigo 3º, do Decreto - Lei nº 1.437/75, há de se enquadrar o ressarcimento de custo no conceito trazido pelo artigo 3º, do CTN, que define tributo como uma prestação pecuniária compulsória. Não é outro o caso desse tipo de recolhimento, que é mandatário. Não pode o contribuinte optar por obter ou não as estampilhas" (fl. 510).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 611/612.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Adiante, não se conhece da suposta afronta ao artigo 535 do CPC/1973, pois o recorrente se limitou a afirmar de forma genérica a ofensa ao referido normativo sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

No mérito, a irresignação merece prosperar.

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da inexigibilidade, por força de vício na forma de sua instituição, do ressarcimento de custos e demais encargos pelo fornecimento de selos de controle de IPI, instituído pelo DL 1.437/1975, uma vez que se trata de tributo da espécie Taxa de Poder de Polícia, não sendo alcançados os fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei 12.995/2014, que instituiu taxa pela utilização de selo de controle previsto no art. 46 da Lei 4.502/1964.

Nesse sentido, confira-se:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC/1973 E ART. 1.036 DO CPC/2015). AFIXAÇÃO DE SELOS DE CONTROLE EM PRODUTOS SUJEITOS À INCIDÊNCIA DE IPI: OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA. PAGAMENTO PELO FORNECIMENTO DOS SELOS ESPECIAIS: OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL, DA ESPÉCIE TAXA DE POLÍCIA. PRECEDENTES: RESP 1.448.096/PR, REL. MIN. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJE 14.10.2015; RESP 1.556.350/RS, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 10.12.2015; E RE 662.113/PR, REL. MIN.

Superior Tribunal de Justiça

MARCO AURÉLIO MELLO, DJE 12.2.2014. PREVISÃO VEICULADA EM NORMA INFRALEGAL. DL 1.437/1975. OFENSA À REGRA DA ESTRITA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA. ART. 97, IV DO CTN. RECONHECIMENTO DO INDÉBITO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA PRETENSÃO REPETITÓRIA DE TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. JULGAMENTO SUJEITO AO ART. 543-C DO CÓDIGO BUZAI E ART. 1.036 DO CÓDIGO FUX. RECURSO ESPECIAL DOS PARTICULARES CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, PARA RECONHECER O DIREITO À REPETIÇÃO TRIBUTÁRIA, MAS ALCANÇANDO APENAS O QUINQUÊNIO ANTERIOR À PROPOSITURA DA AÇÃO CORRESPONDENTE.

1. A obrigação tributária acessória tem por escopo facilitar a fiscalização e permitir a cobrança do tributo, sem que represente a própria prestação pecuniária devida ao Ente Público.

2. Ao impor a determinados sujeitos passivos o dever de afixar selos especiais em seus produtos, o Ente Tributante atua nos moldes do art. 113, § 2o. do CTN, pois se trata de obrigação de fazer, no interesse exclusivo do Fisco.

3. Por outro lado, não pode ser considerada acessória a obrigação de pagar pelo fornecimento dos selos especiais utilizados para tal controle, haja vista a tipificação dessa cobrança como taxa, a teor do art. 77, caput do CTN.

4. De fato, a diferença fundamental entre obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória é a natureza da prestação devida ao Estado. Enquanto aquela (principal) consubstancia entrega de dinheiro, esta (acessória) tem natureza prestacional (fazer, não fazer ou tolerar).

5. Embora ao Fisco seja dado impor ao sujeito passivo certas obrigações acessórias por meio da legislação tributária - expressão que compreende não só as leis, mas, também, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes -, o mesmo não ocorre no âmbito das taxas, que devem obediência à regra da estrita legalidade tributária, nos termos do art. 97, IV do CTN.

6. O art. 3o. do Decreto 1.437/1995, ao impor verdadeira taxa relativa à aquisição de selos de controle do IPI, incide em vício formal; a exação continua sendo tributo, a despeito de ser intitulada de ressarcimento prévio.

7. Conclui-se que, no entorno dos selos especiais de controle do IPI, o dever de afixá-los tem natureza de obrigação acessória, enquanto o dever de adquiri-los tem natureza de obrigação principal.

8. A partir de um prisma didático, convém classificar como Taxas do Poder de Polícia aquelas que têm origem, ensejo e justificativa no vigiar e punir, ou seja, na fiscalização, que é interesse eminentemente estatal, reservando a categoria das taxas de serviço para aquelas que se desenvolvem em função do interesse do usuário, ante a compreensão de que esse interesse é relevante para definir a atividade como serviço.

9. Na espécie, os valores exigidos à guisa de ressarcimento originam-se do exercício de poderes fiscalizatórios por parte da Administração Tributária, que impõe a aquisição dos selos como mecanismo para se assegurar do recolhimento do IPI, configurando-se a cobrança como tributo da espécie Taxa de Poder de Polícia.

10. Pontua-se que a questão ora discutida somente se refere à inexistência do ressarcimento do custo do selo de controle do IPI

Superior Tribunal de Justiça

enquanto perdurou a previsão em norma infralegal (art. 3o. do DL 1.437/1995), não alcançando, todavia, os fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei 12.995/2014, instituindo taxa pela utilização de selo de controle previsto no art. 46 da Lei 4.502/1964.

11. Em tempo, esclareça-se que, por se tratar de tributo sujeito a lançamento de ofício, é quinquenal a pretensão de reaver os valores pagos indevidamente, tendo como termo inicial a data de extinção do crédito tributário pelo pagamento, consoante se extrai da leitura combinada dos arts. 165, I e 168 I do CTN.

12. Recurso Especial de VINHOS SALTON S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E OUTRO conhecido e parcialmente provido. Na espécie, não se reconhece o direito à repetição de indébito tributário, senão somente no que se refere ao quinquênio anterior à propositura da ação.

13. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC/1973 (art. 1.036 do Código Fux, CPC/2015), fixando-se a tese da inexigibilidade do ressarcimento de custos e demais encargos pelo fornecimento de selos de controle de IPI instituído pelo DL 1.437/1975, que, embora denominado ressarcimento prévio, é tributo da espécie Taxa de Poder de Polícia, de modo que há vício de forma na instituição desse tributo por norma infralegal, excluídos os fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei 12.995/2014. Aqui se trata de observância à estrita legalidade tributária. (REsp 1.405.244/SP, Primeira Seção, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 13/11/2018)

Assim, constatada a concordância do Tribunal de origem com o entendimento jurisprudencial demonstrado, deve ser negado provimento ao recurso especial. Aplica-se à hipótese a Súmula 568 do STJ.

Ante o exposto, **conheço em parte do recurso especial e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, nos termos da fundamentação.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator